



O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

El “Nuevo” Bachillerato en análisis: mapeando las producciones académicas entre 2016 y 2025 desde la perspectiva de los sentidos de innovación

Diego Miranda da Silva
Adriege Matias Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa - Brasil

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do mapeamento de pesquisas acerca do Novo Ensino Médio (NEM), com ênfase nos discursos que sustentam a ideia de inovação curricular. A pesquisa mapeou a produção acadêmica publicada entre 2016 e 2025, considerando os impactos da Lei nº 13.415/2017, da Lei nº 14.945/2024 e do Projeto de Lei nº 5.230/2023. A análise baseia-se na perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin e em aportes teóricos de Ball, Brown, Foucault, Laval e Dardot, visando compreender como a racionalidade neoliberal opera nas reformas educacionais. Os resultados evidenciam a emergência de discursos hegemônicos que associam a inovação à empregabilidade, ao controle docente e à redefinição do conhecimento escolar, em um campo de disputas marcado por contradições e racionalidades de mercado.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; inovação; currículo.

Resumen

Este artículo presenta un análisis del mapeo de investigaciones sobre el Nuevo Bachillerato en Brasil, con énfasis en los discursos que sustentan la idea de innovación curricular. La investigación mapeó la producción académica publicada entre 2016 y 2025, considerando los impactos de la Ley nº 13.415/2017, la Ley nº 14.945/2024 y el Proyecto de Ley nº 5.230/2023. El análisis se basa en la perspectiva del Análisis de Contenido de Bardin y en aportes teóricos de Ball, Brown, Foucault, Laval y Dardot, con el objetivo de comprender cómo opera la racionalidad neoliberal en las reformas educativas. Los resultados evidencian la emergencia de discursos hegemónicos que asocian la innovación con la empleabilidad, el control docente y la redefinición del conocimiento escolar, en un campo de disputas marcado por contradicciones y racionalidades de mercado.

Palabras clave: Nuevo Bachillerato; innovación; currículo.

Introdução

O Novo Ensino Médio (NEM), formulado inicialmente a partir da Lei nº 13.415/2017, que foi posteriormente alterada pela Lei nº 14.945/2024, representa um marco na inflexão das políticas curriculares brasileiras, instaurando novos dispositivos de gestão, de organização do tempo escolar e de definição dos conhecimentos escolares. Ancorado na lógica da flexibilidade, da personalização e da inovação, o NEM emerge como um artefato discursivo que reposiciona o currículo em meio a uma disputa de sentidos sobre o que deve ser ensinado, para quem e com quais finalidades.

Neste artigo, propomos um mapeamento da produção acadêmica recente sobre o NEM, com os seguintes objetivos: analisar os discursos que sustentam a ideia de inovação curricular e identificar os modos como sujeitos e saberes são reposicionados nesse novo arranjo. A perspectiva teórico-metodológica que orienta a investigação ancora-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), cuja adoção se justifica por sua capacidade de sistematizar e interpretar os sentidos inovação presentes nos discursos acadêmicos sobre o NEM. Além disso, recorreremos aos aportes de Ball (1994, 2001), de Brown (2019), de Foucault (1996, 2008) e de Laval e Dardot (2016) para compreender a forma como a racionalidade neoliberal opera na constituição dessas políticas.

A partir da análise das pesquisas publicadas nos últimos anos, observamos a emergência de um discurso hegemônico que, sob o signo da modernização e da empregabilidade, naturaliza práticas de controle e de responsabilização docente, ao mesmo tempo em que redefine os sentidos do conhecimento escolar.

Metodologia

Este artigo adota como estratégia investigativa o mapeamento sistematizado da produção acadêmica acerca do Novo Ensino Médio (NEM), com ênfase nos discursos que enunciam a inovação como elemento central. A proposta metodológica inspira-se na análise de conteúdo, conforme delineada por Bardin (2016), buscando identificar regularidades, tensões e contradições que permeiam o debate sobre o NEM e a noção de inovação curricular.

O processo de categorização, etapa da análise de conteúdo, possibilita evidenciar recorrências discursivas e inferir os significados que sustentam determinadas posições, permitindo compreender como determinadas noções – como a de inovação – são acionadas, disputadas e naturalizadas nas narrativas analisadas. Dessa forma, busca-se não apenas

descrever os enunciados, mas interpretar os sentidos que operam na constituição de determinadas verdades sobre o currículo e a reforma educacional.

Este levantamento busca analisar como o NEM vem sendo discutido academicamente, sob a perspectiva da inovação. Para isso, foi realizada uma busca sistemática de artigos no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: “Novo Ensino Médio” AND “Reforma do Ensino Médio”, “Novo Ensino Médio” AND “Inovação” e “Projeto de Lei 5.230/2023” AND “Lei 14.945/2024”. Os critérios de seleção abarcaram artigos publicados entre 2016 e 2025, priorizando produções em português e de acesso aberto. O recorte temporal justifica-se por abranger marcos importantes, como a implementação da BNCC, a reforma do ensino médio e as discussões legislativas recentes, que culminaram na sanção da Lei nº 14.945/2024.

O Novo Ensino Médio e a inovação

O ensino médio, etapa final da educação básica no Brasil, revela com maior nitidez as fissuras estruturais do sistema educacional. É nesse momento da trajetória escolar que muitos jovens começam a delinear seus planos para a vida — quando suas condições de existência o permitem —, seja o ingresso no mundo do trabalho, a continuidade dos estudos ou outras dimensões da vida social. Contudo, nos últimos anos, essa etapa tem se consolidado como uma das mais controversas da educação brasileira, marcada por intensos debates sobre seu propósito, sua organização e os efeitos que exerce sobre as juventudes.

O panorama revelado pelos dados do Censo Escolar de 2024 é preocupante. O ensino médio apresenta as mais altas taxas de repetência (3,9%) e de evasão (5,9%) de toda a educação básica. Além disso, na faixa etária entre 15 e 29 anos, quase um quinto dos jovens (19,8%) não estuda nem está inserido no mercado de trabalho. Em relação a esse dado, a desigualdade de gênero é um fator preocupante: enquanto 14,2% dos homens estão nessa condição, entre as mulheres o número atinge 25,6%. Quando se busca entender as causas da evasão escolar, o trabalho aparece como principal fator, sendo responsável pela saída de 53,4% dos homens e de 25,5% das mulheres. No caso das mulheres, a gravidez é um ponto igualmente expressivo, alcançando 23,1% dos casos (Agência IBGE, 2024).

Segundo Ferretti (2018), esses números apontam para um conjunto de ausências — de políticas públicas, de proteção social e de condições para permanecer na escola. Revelam também que, para muitos jovens, estudar é um privilégio que precisa disputar espaço com as

exigências da sobrevivência e com o peso de responsabilidades precoces. Nesse cenário, impõe-se uma pergunta: seria o currículo o ponto de partida para mudar essa realidade?

Essa pergunta não surge por acaso. As reformas do ensino médio, nos últimos anos, têm colocado o currículo no centro do debate. A promessa de transformação vem acompanhada de termos como “protagonismo juvenil”, “flexibilização” e “itinerários formativos”. Fala-se em reencantar os estudantes, em oferecer percursos mais promissores e em alinhar a escola às exigências do século XXI. Como apontam Rodrigues e Rodrigues (2024a, p. 21), “temos um forte viés de formação do sujeito empreendedor de si”. Mas o currículo, por si só, é capaz de enfrentar os problemas estruturais que afastam tantos jovens da escola? Refletir sobre isso exige ir além dos discursos que acompanham as reformas. É preciso olhar para as condições concretas de vida dos estudantes, para as desigualdades que atravessam suas experiências e para o modo como a escola responde — ou não — a essas realidades.

A compreensão do NEM como política de currículo exige um deslocamento analítico que considere seus aspectos normativos e, sobretudo, os discursos que o sustentam e os regimes de verdade que o legitimam. Compreendemos, a partir de Foucault (1996, 2008), que as políticas educacionais devem ser lidas como práticas discursivas que produzem sujeitos, saberes e formas específicas de governo. O currículo, nessa perspectiva, deixa de ser apenas um instrumento técnico de organização do conhecimento escolar e passa a ser visto como dispositivo de poder que participa da constituição dos modos de ser e de viver no mundo.

Em 2025, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou os dados preliminares do Censo Escolar de 2024. Os dados informam que aproximadamente 83,1% das matrículas no ensino médio pertencem a redes estaduais, 13,3%, à rede privada e 3,1%, à rede federal, o que nos ajuda a entender onde se concentra o maior número de matrículas nessa etapa da educação (Brasil, 2025).

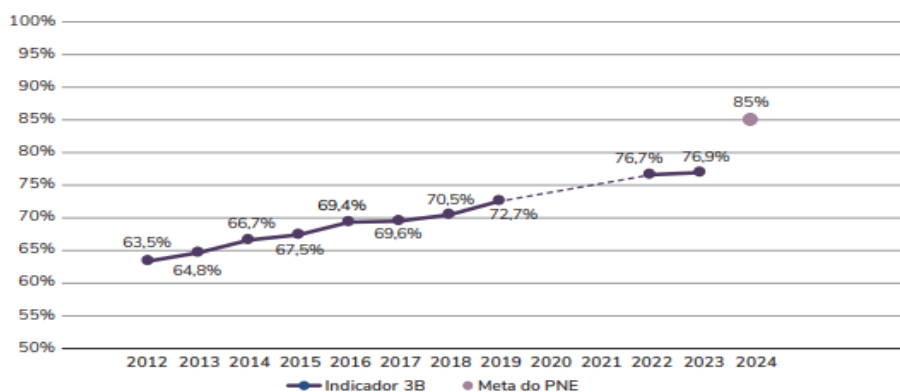
Segundo Ferretti (2018), embora a oferta do ensino médio seja uma atribuição dos estados, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sua estrutura e organização curricular não são definidas exclusivamente pelas unidades federativas. Na prática, os contornos mais amplos dessa etapa da educação básica são moldados por diretrizes construídas no âmbito das políticas nacionais. Essa centralização normativa impõe tensionamentos: por um lado, busca-se garantir certa uniformidade e

equidade na formação dos jovens em todo o território nacional; por outro, limita-se a autonomia dos sistemas estaduais para responder de forma mais contextualizada às suas especificidades regionais e socioculturais. Nesse jogo entre o nacional e o local, o currículo do ensino médio torna-se um campo de disputas — simbólicas e materiais — sobre o que ensinar, como ensinar e, principalmente, para que ensinar.

Com base nos estudos de Rodrigues, Costa e Rodrigues (2024), observamos que a política curricular do NEM articula-se à racionalidade neoliberal, cuja lógica de mercado atravessa e reconfigura os sentidos da educação pública. Autores como Lava e Dardot (2016) e Brown (2019) contribuem para a compreensão do neoliberalismo não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas também como uma forma de governamentalidade que promove a empresarialização dos sujeitos, redefine as funções do Estado e desloca os valores coletivos em favor da eficiência, da concorrência e da *performance* individual. No âmbito escolar, essa dinâmica se manifesta na valorização das competências socioemocionais, na personalização das trajetórias escolares e na empregabilidade como horizonte formativo.

A Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu o objetivo de garantir que pelo menos 85% dos jovens de 15 a 17 anos estivessem matriculados no ensino médio até 2024. Contudo, em 2023, estimativas da Pnad Contínua (Pnad-c) apontavam que apenas 76,9% dos jovens nessa faixa etária frequentavam o ensino médio ou já haviam concluído a educação básica, conforme divulgado no relatório do quinto ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação (Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica (2012–2023)



Fonte: Brasil, 2024.

O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

Segundo Ferretti (2018), o abandono no ensino médio é, em muitos casos, uma decisão forçada, motivada por necessidades da vida cotidiana. Diante da precariedade material e na urgência em contribuir com a renda familiar, muitos jovens veem-se compelidos a abandonar os estudos para trabalhar. Há, ainda, outros múltiplos fatores, como a violência familiar, a gravidez precoce e até mesmo a violência dentro da própria escola.

Quando analisamos além dos números e passamos a considerar quem são esses jovens, a realidade começa a se fragmentar. O percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio ou que já haviam concluído a educação básica varia entre as regiões do país. Enquanto no Sudeste os índices são mais elevados, a região Norte apresenta os menores percentuais — o que demonstra as desigualdades estruturais que historicamente atravessam o território brasileiro, conforme observamos na Tabela 1.

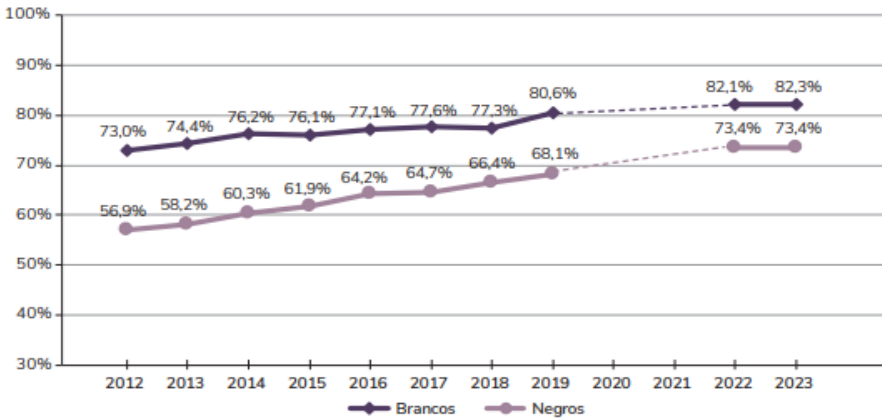
Tabela 1: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica, por região

| Brasil / Regiões/ UF | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2022 | 2023 | Variação 2012/2023 (p.p.) |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------------|
| Brasil | 63,5% | 64,8% | 66,7% | 67,5% | 69,4% | 69,6% | 70,5% | 72,7% | 76,7% | 76,9% | 13,4 |
| Norte | 52,0% | 54,8% | 57,2% | 58,1% | 59,9% | 61,1% | 63,7% | 64,0% | 69,7% | 68,4% | 16,4 |
| Nordeste | 53,0% | 53,9% | 56,5% | 58,4% | 60,1% | 61,8% | 62,5% | 64,6% | 70,8% | 73,2% | 20,2 |
| Sul | 67,1% | 70,1% | 71,5% | 71,5% | 70,7% | 71,1% | 73,6% | 74,4% | 77,7% | 76,2% | 9,1 |
| Centro Oeste | 67,4% | 69,4% | 69,1% | 68,1% | 71,7% | 71,3% | 72,8% | 75,4% | 78,7% | 77,0% | 9,6 |
| Sudeste | 72,4% | 73,0% | 74,9% | 75,6% | 77,8% | 77,2% | 77,0% | 80,4% | 82,7% | 82,6% | 10,2 |

Fonte: Brasil, 2023.

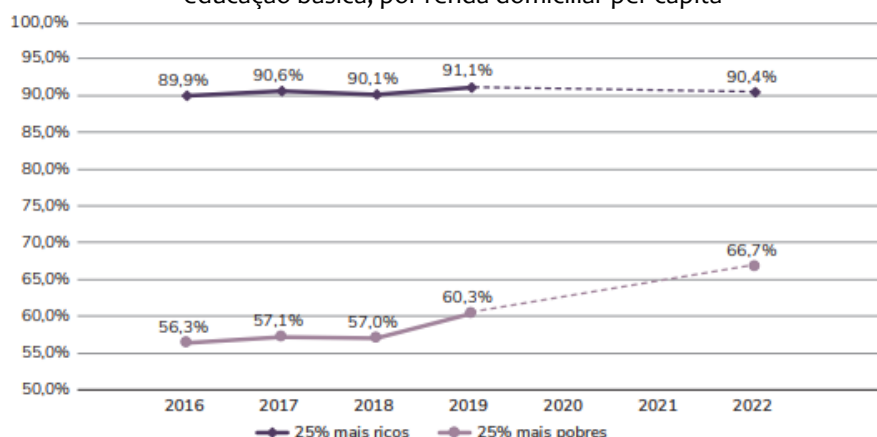
E a distância não é apenas geográfica. Quando se sobrepõem os marcadores sociais à análise dos dados — especialmente em recortes raciais e sociais —, é possível notar que a diferença de acesso ao ensino médio entre jovens negros (pretos e pardos) e brancos chega a 8,9 pontos percentuais. Os dados também mostram que o acesso ao ensino médio é limitado para os jovens mais pobres, conforme observamos nos gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica, por raça/cor



Fonte: Brasil, 2024.

Gráfico 3: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica, por renda domiciliar per capita



Fonte: Brasil, 2024.

Diante desse cenário permeado por desigualdades estruturais, abandono escolar e múltiplas vulnerabilidades, o ensino médio vem se tornando um campo de disputas nos últimos anos, o que se reflete na política voltada para essa etapa da educação, bem como nas produções acadêmicas, tensionadas pelos rumos das políticas curriculares para o ensino médio no Brasil. Ball (1994, 2001), ao propor a leitura da política como texto e como discurso, reforça a importância de analisar os múltiplos sentidos e apropriações que as políticas educacionais assumem em diferentes contextos. Para o autor, os textos políticos não são unívocos, mas polissêmicos e contraditórios, sendo interpretados e (re)significados pelos diversos atores envolvidos em sua implementação. Essa perspectiva é fundamental para compreender como o discurso da inovação, presente nos documentos e nas diretrizes do NEM, assume diferentes formas de materialização e disputa nos cotidianos escolares.

Nesse contexto, a noção de inovação educacional, amplamente mobilizada pelos governantes para legitimar as mudanças curriculares, configura-se como um artefato discursivo potente, operando menos como um conteúdo objetivo e mais como uma referência, que assume diferentes matizes conforme os interesses e as forças em disputa. A promessa de inovação converte-se, assim, em uma tecnologia de governo que promove a adaptação dos sujeitos às exigências do mercado, ao mesmo tempo em que reconfigura os próprios sentidos de ensinar e aprender.

A seleção dos textos priorizou estudos alinhados ao tema da inovação e do Novo Ensino Médio. A busca nos repositórios da Capes com filtro para artigos de acesso aberto, em português e publicados entre 2016 e 2025 resultou em 318 produções para o descritor “Novo Ensino Médio” AND “Reforma do Ensino Médio”, indicando o intenso interesse acadêmico

O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

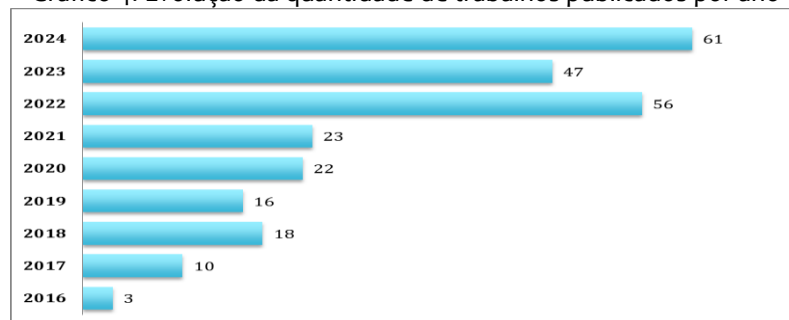
pelo tema. Já ao utilizar o descritor “Novo Ensino Médio” AND “Inovação”, dentro do mesmo recorte e com os mesmos filtros, foram identificadas 69 produções. Esse volume menor indica que o debate sobre inovação — frequentemente destacado como justificativa central para a reforma — ainda não ocupa posição majoritária nas discussões acadêmicas.

Em contraste, os descritores vinculados às atualizações mais recentes da política educacional apresentaram pouca presença no acervo da Capes: a busca por “Projeto de Lei 5.230/2023” retornou apenas uma produção, assim como a busca por “Lei 14.945/2024”, também com apenas um resultado, ambas sem filtros na busca.

Os períodos foram organizados em ciclos bienais (2016–2017, 2018–2019, 2020–2021, 2022–2023 e 2024) para analisar a evolução das discussões ao longo do tempo. Aplicando critérios de inclusão (estudos que abordassem diretamente o NEM) e de exclusão (textos com abordagem tangencial ou sem análise direta da política educacional do NEM), selecionamos os artigos mais alinhados ao objeto de estudo, priorizando o descritor com o maior número de produções.

Após a seleção, foi encontrada a quantidade de publicações por ano, com os seguintes resultados: 3 publicações em 2016; 10 em 2017; 18 em 2018; 16 em 2019; 22 em 2020; 23 em 2021; 56 em 2022; 47 em 2023; e 61 em 2024. Os dados foram organizados no Gráfico 4, que ilustra o crescimento do interesse acadêmico sobre a temática.

Gráfico 4: Evolução da quantidade de trabalhos publicados por ano



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os textos selecionados destacam temas recorrentes que permeiam as discussões sobre o NEM. Entre as categorias mais mencionadas, sobressaem-se: ensino técnico-profissionalizante, itinerários formativos e análises de disciplinas específicas, como sociologia, literatura e ensino religioso. Esses temas estão articulados nas produções com reflexões sobre as influências de políticas neoliberais e as tensões geradas pelas reformas educacionais. Questões relacionadas ao projeto de vida também são amplamente debatidas,

com enfoque nas subjetividades juvenis e nos desafios impostos pelo novo contexto educacional.

A organização curricular dos itinerários formativos é frequentemente problematizada, sobretudo em relação à dualidade estrutural do sistema educacional. Já o tema do empreendedorismo emerge em trabalhos que investigam a pedagogia voltada para competências, revelando preocupações sobre a instrumentalização da educação para atender às demandas econômicas. Por outro lado, discussões sobre financeirização e gestão educacional foram menos frequentes, embora apontem para reflexões importantes sobre os mecanismos de controle e o financiamento da educação pública.

Panorama das produções acadêmicas sobre o Novo Ensino Médio e as tensões sobre a inovação

A produção acadêmica sobre o NEM cresceu ao longo dos anos, refletindo o aprofundamento do debate. Entre 2016 e 2018, as discussões iniciais centraram-se na BNCC e nas primeiras implicações da reforma. Nesse contexto, destacam-se dois estudos acadêmicos. O primeiro, “Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido” (Tomazetti; Schlickmann, 2016), examina a perda de sentido do ensino médio para muitos jovens, atribuindo essa percepção ao processo de massificação educacional.

O artigo “Ensino médio e formação humana: quando a inovação se apresenta como retrocesso”, de Figueiredo (2016), propõe uma análise das reformas curriculares implementadas em Minas Gerais no âmbito do programa nacional Ensino Médio Inovador, articulado ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Com foco nas justificativas estatais para a modernização do ensino, ancoradas nas demandas da chamada sociedade do conhecimento, a autora problematiza os efeitos dessas políticas sobre a formação dos estudantes e as condições de trabalho docente. A partir de uma análise situada, Figueiredo (2016) argumenta que a reforma do ensino médio, ao se sustentar no discurso da inovação, oculta uma série de retrocessos, entre os quais se destaca o rebaixamento da formação básica nas escolas públicas e o agravamento das desigualdades entre estudantes de diferentes turnos. Além disso, é discutida a construção de um novo perfil docente — mais flexível e adaptável —, que, em vez de atender às necessidades contemporâneas, tende a resultar na precarização e na alienação do trabalho docente.

Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, a partir de 2018, observa-se um aumento no número de publicações. Entre os estudos que se debruçam sobre as transformações no ensino médio, destaca-se o artigo “A reforma do ensino médio e a formação dos estudantes: desvelando a ideologia das competências e da empregabilidade”, de Costa (2018). A autora propõe uma análise da BNCC e da reforma do ensino médio, focalizando especialmente o discurso centrado no desenvolvimento de competências e na lógica da empregabilidade. Com base em autores como Marx, Althusser, Bourdieu e Gramsci, a autora argumenta que essas proposições carregam uma carga ideológica que atende aos interesses do capitalismo contemporâneo — em especial à sua configuração pós-fordista e globalizada.

Ao percorrer os discursos oficiais e os dispositivos legais, Costa (2018) evidencia que as reformas em curso são reedições de velhas ideias, importadas de modelos estrangeiros, como o norte-americano. Tais modelos, segundo a autora, reforçam uma perspectiva tecnicista e mercadológica da educação, ancorada em parâmetros de produtividade e desempenho. A influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, também é destacada como fator determinante na imposição de diretrizes curriculares aos países em desenvolvimento, como pode ser observado no documento Estratégia de Assistência ao País (2004–2007).

O artigo “A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso”, de Ribeiro (2018), também se dedica a desvelar a lógica que orienta as mudanças curriculares. A autora propõe uma leitura do documento da BNCC, questionando seu caráter supostamente inovador. Segundo Ribeiro (2018), o que se observa é a recuperação de discursos antigos, que ecoam as diretrizes das reformas curriculares da década de 1990. A centralidade atribuída à noção de competências, por exemplo, é compreendida como um elemento que revela o caráter pragmático e descontextualizado da proposta, dissociado das complexidades históricas e sociais que atravessam a realidade educacional brasileira. Em vez de promover rupturas com os modelos anteriores, a BNCC e o NEM, segundo Ribeiro, reforçam as limitações já amplamente criticadas por estudiosos da área.

Temáticas como itinerários formativos, projeto de vida e críticas às bases neoliberais da reforma permaneceram em destaque, indicando a consolidação do debate. Assim, destacamos os textos “A Lei 13.415/2017 e o Novo Ensino Médio: por uma análise da presença internacional na formulação da política pública” (Marum; Mèrcher, 2022) e “A Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) do ensino médio: entre os interesses neoliberais e possibilidades de formação humana” (Costa, 2022).

O estudo de Marum e Mèrcher (2022) investiga a promulgação da Lei nº 13.415/2017 a partir de um olhar para a presença internacional na formulação da política pública, com destaque para o papel do Banco Mundial. A pesquisa desenvolve-se por meio de uma análise comparativa das proposições legislativas — incluindo o projeto de Lei nº 6.840/2013 e a Medida Provisória nº 746/2016 — e de uma análise documental que evidencia a atuação de diferentes agentes no processo: técnicos, representantes populares e, sobretudo, organismos internacionais. Inspirados nas contribuições teóricas de Roberto Mangabeira Unger, os autores situam a reforma dentro do que chamam de pós-colonialismo, apontando para uma dependência estrutural de diretrizes externas, que orientam a política educacional brasileira a partir de parâmetros técnicos e mercadológicos.

Costa (2022) investiga os impactos da implementação da BNCC do ensino médio, com foco nas implicações para a formação docente e discente. A autora parte de uma pergunta: seria possível, dentro da nova estrutura curricular, promover uma formação humana integral? A resposta, ainda que parcialmente aberta à reflexão, é marcada por um tom crítico e, em certa medida, pessimista. O artigo aponta que a nova organização curricular, sustentada pela lógica das competências e habilidades, compromete a centralidade dos conteúdos científicos, filosóficos e históricos, esvaziando a função da escola como espaço de construção de conhecimento e cidadania.

Na busca, ainda em 2022, destacamos as produções “Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral” (Wathier; Cunha, 2022), “A expansão da carga horária no NEM aprofunda desigualdades escolares no estado de São Paulo” (Cássio, 2022), “Reforma do ensino médio e a plataformização da educação” (Barbosa; Alves, 2023) e “Projetos de vida e cidadania: tessituras curriculares no Novo Ensino Médio” (Brito, 2024).

O artigo de Wathier e Cunha (2022) debruça-se sobre a Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, uma das estratégias centrais da reforma, buscando compreender suas potencialidades e limites na construção de uma educação ecossistêmica. Baseados em uma perspectiva teórica plural, com destaque para a teoria da complexidade e os estudos sobre governança, os autores adotam uma metodologia que combina análise documental, levantamento de dados e imersão em campo. À luz da Análise de Discurso

Crítica, concluem que a efetividade da política não está unicamente atrelada aos dispositivos normativos ou aos aportes técnicos, mas se inscreve na ação dos sujeitos que a vivenciam no cotidiano escolar. Em meio às diretrizes oficiais, emergem práticas de auto-eco-organização, que apontam para possibilidades de resistência e de criação de alternativas locais. No entanto, os autores alertam que a falta de recursos financeiros e de acesso à informação tende a comprometer a sustentabilidade dessas experiências, ameaçando as intenções da política.

O artigo de Cássio (2022) analisa a expansão da carga horária imposta pela reforma do ensino médio, com foco na rede estadual paulista e no ensino noturno. O autor demonstra que a ampliação do tempo escolar ocorre, em grande parte, por meio do ensino remoto, utilizando plataformas digitais herdadas do período pandêmico, o que compromete a qualidade da formação dos estudantes trabalhadores. Essa estratégia, adotada em mais de 90% das turmas noturnas, aprofunda as desigualdades entre os turnos diurno e noturno, evidenciando como o discurso da inovação e da equidade acaba justificando a precarização da escola pública, especialmente nas áreas mais vulnerabilizadas.

O artigo de Barbosa e Alves (2023) problematiza a plataformização da educação, intensificada pelo NEM, com foco no estado do Paraná. Através de análise bibliográfica e documental, os autores discutem como a adoção de plataformas digitais, muitas vezes vinculadas a empresas privadas, transforma a educação pública. A plataformização resulta em padronização curricular e metodológica, alinhada a interesses mercadológicos, e amplia os mecanismos de regulação sobre o trabalho docente. O estudo aponta que, em vez de promover inovação ou autonomia pedagógica, essas tecnologias funcionam como ferramentas de controle e de desvalorização da profissão, aprofundando desigualdades e acelerando a privatização do sistema público de ensino.

O artigo de Paula e Brito (2024) direciona sua análise ao novo componente curricular Projeto de Vida e Cidadania, instituído no âmbito do NEM. A pesquisa, ancorada em uma perspectiva crítica de currículo e fundamentada em autores como Michael Apple, Ivor Goodson e Tomaz Tadeu da Silva, examina os materiais pedagógicos aplicados em uma escola piloto da rede estadual da Bahia. Brito (2024) reconhecem que, embora a disciplina represente uma tentativa de aproximar a escola das trajetórias pessoais e dos anseios dos estudantes, ela está inserida em um projeto maior, que, muitas vezes, subordina a formação escolar aos ditames do mercado de trabalho.

Nas buscas realizadas com o descritor “Novo Ensino Médio” AND “Inovação”, foram encontrados 69 resultados. Após uma análise criteriosa dos resumos, selecionamos os 11 artigos que mais se alinhavam ao tema da inovação no contexto do Novo Ensino Médio. Os textos sobre inovação curricular revelam um campo de tensões entre as promessas na política curricular e as limitações estruturais enfrentadas pelas escolas, como apontado por Silva, Albino e Honorato (2023) no artigo “Tudo é novo?: uma análise das significações de 'inovação curricular' no Novo Ensino Médio” ao problematizar os sentidos atribuídos ao termo “inovação”. Estudos como o de Brito (2024) reforçam a necessidade de repensar o papel da escola na formação integral dos estudantes frente às crescentes demandas do mercado e à pressão por um alinhamento entre formação pessoal e mundo do trabalho.

O conjunto dos artigos selecionados, apresentado no Quadro 1, compõe o *corpus* da análise sobre inovação no NEM. Cada texto foi analisado a partir da categoria central: a inovação.

Quadro 1: Trabalhos que destacam Inovação e Novo Ensino Médio

| TÍTULO | AUTORES | RESUMO |
|--|---|--|
| Tudo é novo?: uma análise das significações de “inovação curricular” no Novo Ensino Médio | Diego Miranda da Silva, Ângela Cristina Alves Albino, Rafael Ferreira de Souza Honorato | O artigo analisa o sentido de “inovação” no Novo Ensino Médio, apontando que a BNCC reflete filosofias neoliberais das décadas de 1970 e 1990, priorizando o mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral do sujeito. |
| Pensando em uma escola em tempos de educação 4.0 | Isadora Luiz Lemes, Renato P. dos Santos | Analisa a integração de TICs no Novo Ensino Médio, destacando a importância da gestão escolar para superar desafios como a falta de recursos. O estudo enfatiza o papel das TICs no apoio à formação docente e no planejamento pedagógico. |
| Apresentação do dossiê temático "Educação Integral e Desenvolvimento Humano" | José Leonardo Rolim de Lima Severo, Dinorá Tereza Zucchetti | Discute a educação integral como promessa no Novo Ensino Médio. Analisa discursos reformistas e a resignificação da função social da escola, destacando os limites impostos por políticas públicas fragmentadas. |
| Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e os fundamentos do processo de escolarização | Aline Rabelo Marques | Analisa documentos curriculares do ProEMI, destacando a resignificação de inovação nas políticas oficiais e as tensões entre práticas pedagógicas tradicionais e as mudanças propostas. |
| A prática pedagógica dos professores da EEM Nazaré Guerra, Itatira, Ceará, Brasil, como premissa da inovação pedagógica no processo educativo | José Ricardo Alexandre da Silva, Theresa Christine Filgueiras Russo Aragão | Estudo de caso com professores revela práticas pedagógicas transformadoras no Novo Ensino Médio, apesar de desafios estruturais, indicando caminhos para a inovação no processo educativo. |

O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

| | | |
|--|---|---|
| Ensino médio e formação humana: quando a inovação se apresenta como retrocesso | Lorene Figueiredo | Reflete sobre como a reforma do Novo Ensino Médio, ao priorizar um professor flexível e voltado ao mercado, reforça alienações e retrocessos, contradizendo as propostas de inovação. |
| Contextos, aplicações e noções de inovação nos documentos oficiais da SED/SC: nova proposta de ensino inovador em filosofia | Léo Cezar Pádova, Márcio Paulo Cenci, Marcos Alexandre Alves | Aponta que a prática interdisciplinar e criativa no ensino de Filosofia é fundamental para superar limitações estruturais e promover transformações pedagógicas significativas. |
| Mapeamento de inovação nas práticas curriculares dos professores: narrativas de estudantes do ensino médio | Antônio Luís Julião | A partir das narrativas dos estudantes, o estudo destaca que a autonomia e a criatividade dos professores são essenciais para a efetividade das práticas curriculares inovadoras. |
| O ensino médio no Brasil: em busca da inovação? | Adriane Carneiro Ferreira, Edna Amancio de Souza Ramos | Questiona os sucessivos fracassos das reformas do ensino médio no Brasil, destacando déficits estruturais e a falta de diálogo como barreiras à implementação de propostas inovadoras. |
| Propriedade intelectual para inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante | Verônica Maria Vasconcelos Freire, Joélia Marques de Carvalho | Examina a abordagem de inovação e propriedade intelectual em cursos técnicos, destacando lacunas no planejamento pedagógico para preparar os estudantes para a economia do conhecimento. |
| O ensino de Biologia na perspectiva da inovação | Bruna Siqueira Souza Santos, Vera Lucia Lopes Silveira, Juliano Alves de Deus | Defende a adoção de metodologias inovadoras no ensino de Biologia, considerando mudanças sociais e tecnológicas recentes, com foco em práticas didáticas que atendam às necessidades dos estudantes contemporâneos. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os artigos analisados revelam que a temática da inovação no NEM ainda é um campo pouco explorado nas pesquisas acadêmicas. Apesar de o conceito de inovação ser, por natureza, multifacetado, sua apropriação no âmbito das políticas educacionais — especialmente no contexto da reforma do ensino médio — não tem mobilizado o interesse de um número expressivo de pesquisadores no sentido de investigar os reais caminhos inovadores que se desenham para a educação e para o projeto de sociedade subjacente a essa proposta.

A noção de inovação permanece fortemente associada ao campo da tecnologia, o que limita a compreensão dos sentidos empregados ao termo. Entretanto, o termo é amplamente utilizado como marca simbólica do NEM, como se fosse capaz de, por si só, legitimar a proposta reformista (Silva; Albino; Honorato, 2023). Isso se evidencia tanto nas peças publicitárias que divulgam a política quanto na própria nomenclatura “Novo” Ensino Médio,

que sugere, de maneira retórica, a existência de uma proposta educacional inédita, mais conectada às demandas contemporâneas.

Outras produções e outros sentidos da política curricular: instrumentos de inovação

No âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC), temos desenvolvido diversas pesquisas voltadas à análise da política do NEM. Nossas produções buscam refletir sobre a trajetória das políticas curriculares para a educação básica, com ênfase no ensino médio, abordando temas como educação integral, as Escolas Cidadãs na Paraíba, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), políticas de formação docente e o componente “Projeto de Vida”, entre outros.

Entre as produções do grupo, destaca-se o artigo “Mapeando o Contexto de Influência da Base Nacional Comum Curricular” (Rodrigues; Rodrigues, 2024b), que analisa a atuação de redes de agências multilaterais na formulação da BNCC. O estudo evidencia a participação de organismos nacionais e internacionais que, por meio de discursos e documentos estratégicos, direcionam a política curricular para atender às demandas do mercado, contribuindo para um processo de aprendizagem cada vez mais instrumentalizado.

O artigo “Produzindo sentidos de educação integral nas escolas cidadãs integrais” (Rodrigues; Elias; Honorato, 2024) investiga a implementação da política de educação integral no estado da Paraíba. A partir de entrevistas com professores, gestores, estudantes e representantes de pais, a pesquisa aponta a precariedade das condições de infraestrutura, de formação e de remuneração, revelando que, apesar do discurso voltado à formação integral do estudante, as práticas curriculares priorizam as demandas contextuais e as limitações estruturais.

Já o estudo “Promover o discurso do empreendedor de si: sentidos e significados atribuídos pelos professores ao componente curricular Projeto de Vida” (Rodrigues; Costa; Rodrigues, 2024) analisa a percepção de professores da rede estadual paraibana sobre o componente Projeto de Vida. O estudo mostra preocupações dos profissionais com a injustiça do novo formato do ensino médio, que reduz a carga horária da formação geral básica e fortalece discursos de empreendedorismo de si, individualização, responsabilização e mérito, reforçando desigualdades sociais e a precarização docente.

Seguindo a mesma linha crítica, o artigo “Educação sob a égide do neoliberalismo: projeto de vida e a fragilização da formação integral” (Rodrigues; Costa; Rodrigues, 2024)

investiga como valores neoliberais atravessam o Projeto de Vida e impactam a proposta de formação integral. A partir de fundamentos teóricos de Foucault e de Ball, o estudo destaca a priorização da produtividade e da empregabilidade em detrimento de uma educação crítica e humanista, transformando a escola em instrumento de reprodução das lógicas do capital.

O artigo “Cartografias do Projeto de Vida: subjetividades, controles e resistências no Novo Ensino Médio” (Dutra-Pereira; Tinôco, 2024) apresenta os resultados do projeto “MAPAS”, que investigou o impacto do componente Projeto de Vida na formação das subjetividades estudantis. Utilizando a cartografia inventiva como metodologia, o estudo discute como esse componente curricular opera como dispositivo de controle, promovendo subjetivações alinhadas à lógica neoliberal, cis-heteronormativa e patriarcal. O artigo conclui com um convite à reflexão sobre possibilidades de construção de uma educação mais inclusiva e emancipatória.

Por fim, o artigo “A Formação docente em disputa política: as persistentes apostas curriculares neopragmatistas e neoconservadoras” (Albino; Rodrigues; Dutra-Pereira, 2024) analisa as disputas políticas em torno da formação docente no Brasil, a partir das resoluções de 2019 e 2024 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. O estudo aponta para o fortalecimento de um modelo de docência alinhado a princípios empresariais e neopragmatistas, problematizando o impacto dessas mudanças para a formação de professores comprometidos com uma educação crítica e transformadora.

Em síntese, esse conjunto de produções revela a multiplicidade de temas e perspectivas que têm atravessado a política curricular brasileira nos últimos anos. Em meio à disputa de sentidos sobre o que é considerado inovação, nossos estudos apontam que, embora muitas das propostas políticas contemporâneas se apresentem sob o discurso de modernização, elas têm, na verdade, reafirmado e aprofundado a lógica neoliberal na educação. É nesse esforço de compreensão, análise crítica e busca por ressignificações que se insere o presente trabalho.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste artigo apresenta que o discurso da inovação no Novo Ensino Médio (NEM), embora mobilizado nos documentos oficiais, ainda não é apresentado de forma direta na literatura acadêmica. Ao mapear a produção científica entre 2016 e 2025, foi possível identificar o crescimento quantitativo do debate e as tensões que atravessam a apropriação da noção de inovação no contexto das reformas curriculares. A

leitura desses discursos revelou que, por trás do apelo à modernização e à flexibilização, a inovação tem sido frequentemente instrumentalizada como retórica legitimadora de reformas que aprofundam desigualdades, desvalorizam o trabalho docente e reduzem o currículo à lógica da empregabilidade.

Em vez de significar abertura à pluralidade de saberes, de formas de ser e de ensinar, a inovação tem operado, muitas vezes, como um fetiche curricular — no sentido apontado por Silva (1999) —, ocultando contradições estruturais do sistema educacional e deslocando o foco dos problemas reais enfrentados pelas juventudes brasileiras.

Os achados sugerem que a noção de inovação tem sido mobilizada como um significativo regulador dos sentidos da educação, conformando novas formas de subjetivação juvenil e de organização do trabalho pedagógico. Tais sentidos alinham-se a uma racionalidade neoliberal, que desloca o papel do Estado na garantia do direito à educação e reposiciona a escola como espaço de adaptação às demandas do mercado. Nessa lógica, o sujeito educacional ideal é aquele que assume sua trajetória como projeto individual, empreendedor e flexível, mesmo diante de contextos marcados pela desigualdade estrutural. Ao tensionar os discursos de inovação que sustentam o NEM, este artigo busca contribuir com a ampliação do debate sobre o currículo e com a construção de alternativas formativas e de pesquisa no campo da educação.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; DUTRA-PEREIRA, Franklin Kaic. A formação docente em disputa política: as persistentes apostas curriculares neopragmatistas e neoconservadoras. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 9, e14103, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/14103/12446>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BALL, Stephen J. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. **Journal of Education Policy**, London, v. 9, n. 2, p. 1- 29. 1994. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0268093940090205>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A reforma do ensino médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619/43301>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.840**, de 2013. Dispõe sobre a reforma do Ensino Médio. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1480913. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular [BNCC]**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

Brito, Eliana Povoas. “Projetos De Vida e Cidadania: Tessituras Curriculares No Novo Ensino Médio.” **Anais Do Congresso De Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação**. doi:10.61202/2595-9328.7CIPCIHS0045.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.

CÁSSIO, Fernando. A “expansão” da carga horária no novo ensino médio aprofunda desigualdades escolares no estado de São Paulo. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 62, e23200, p. 1-17, jul./set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23200/9893>. Acesso em: 8 jul. 2025.

COSTA, Dirno Vilanova da. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio: entre os interesses neoliberais e possibilidades de formação humana. **Conjecturas**, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 949-964, 2022.

COSTA, Kaline Silva Azevedo. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES: Desvelando a ideologia das competências e da empregabilidade. **Revista Ceuma Perspectivas**, v. 29, n. 1, p. 113-114, 2017. Disponível em:

<https://portalderevistas.grupoceuma.com.br/index.php/RCCP/article/view/67> Acesso em: 9 jul. 2025.

DUTRA-PEREIRA, Franklin Kaic; TINÔCO, Saimonton. Cartografias do Projeto de Vida: subjetividades, controles e resistências no Novo Ensino Médio. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 25, n. 84, p. 40-55, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/32295/27178>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FERREIRA, Adriane Carneiro; RAMOS, Edna Amancio de Souza. O ensino médio no Brasil: em busca da inovação? **Revista Qualidade Emergente**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 23-35, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/qualidade/article/view/26393/33828>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/152508/149019>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Lorene. Ensino médio e formação humana: quando a inovação se apresenta como retrocesso. **Poiésis**, Tubarão, v. 10, n. 17, p. 54-84, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/3877/2695>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes: 2008.

FREIRE, Verônica Maria Vasconcelos; CARVALHO, Joelia Marques. Propriedade intelectual para inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 414-429, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965/24286>. Acesso em: 8 jul. 2025.

JULIÃO, António Luís. Mapeamento de inovação nas práticas curriculares dos professores: narrativas de estudantes do ensino médio. **Revista Angolana de Ciências**, v. 3, n. 2, p. 390-410, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac/article/view/118/72>. Acesso em: 8 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 5 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 9 jul. 2025.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

O “Novo” Ensino Médio em análise: mapeando as produções acadêmicas entre 2016 e 2025 sob a ótica dos sentidos de inovação

LEMES, Isadora Luiz; DOS SANTOS, Renato Pires. Pensando em uma escola em tempos de Educação 4.0: a importância da gestão escolar no Novo Ensino Médio, como desafio na educação matemática. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 118-143, 2021. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/periodicos/index.php/riem/article/view/2543/1877>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARQUES, Aline Rabelo. Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e os fundamentos do processo de escolarização. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5013/3445>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARUM, João Francisco Pereira; MÉRCHER, Leonardo. A Lei 13.415/2017 e o Novo Ensino Médio: por uma análise da presença internacional na formulação da política pública. **Revista Conjuntura Global**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 146-163, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/84331/46599>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PÁDOVA, Léo Cezar; CENCI, Márcio Paulo; ALVES, Marcos Alexandre. Contextos, aplicações e noções de inovação nos documentos oficiais da SED/SC: Nova proposta de ensino inovador em filosofia. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 8, e34310817452, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17452/15560>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIBEIRO, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=html>. Acesso em: 9 jul. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Educação sob a égide do neoliberalismo: projeto de vida e a fragilização da formação integral. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 25, n. 84, p. 106-122, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/32292/27182>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. “Promover o discurso do empreendedor de si”: sentidos e significados atribuídos pelos professores ao componente curricular Projeto de Vida. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16628/9619>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Mapeando o contexto de influência da base nacional comum curricular. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 57, p. 1-23, 2024b. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4310/4565>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; ELIAS, Joana Karoline da Silva; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Produzindo sentidos de educação integral nas escolas cidadãs integrais.

Revista Práxis Educacional, [s. l.], v. 20, n. 51, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/15638/9140>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RODRIGUES, Adriège Matias; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. O discurso neoliberal no ensino médio: o projeto de vida e a construção do empreendedor de si. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 17, n. 3, p. 15-38, set./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/24105/13379>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, Bruna Siqueira Souza; SILVEIRA, Vera Lucia Lopes; DE DEUS, Juliano Alves. O ensino de Biologia na perspectiva da inovação: reflexões e proposições para os anos finais da educação básica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, [s. l.], v. 6, edição especial, e105320, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1053/502>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima.; ZUCCHETTI, Dinora Tereza . Apresentação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 70, p. 13–16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n70.p13-16>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, Diego Miranda da; ALBINO, Ângela Cristina Alves; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Tudo é novo? uma análise das significações de “inovação curricular” no Novo Ensino Médio. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [s. l.], v. 16, n. 35, e19341, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/19341/14539>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SILVA, José Ricardo Alexandre; ARAGÃO, Theresa Christine Filgueiras Russo. A prática pedagógica dos professores da EEM Nazaré Guerra Itatira, Ceará, Brasil, como premissa da inovação pedagógica no processo educativo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 546-563, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10832/4620>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SILVA, Tomas Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira; SCHLICKMANN, Vitor. Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 331-342, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/h4bptfyX9cF35fBYZMWrk8C/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

WATHIER, Valdoir Pedro; CUNHA, Célio da. Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e119386, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Jdd6KNrCfsqbMbKxBpt5fPF/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Sobre os/as autores/as

Diego Miranda da Silva. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (2023). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC). E-mail: diego.miranda@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9814-7403n>

Adriege Matias Rodrigues. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2025). Mestra em Educação (2020) e Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (2020). Membro do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC). E-mail: adriegerodrigues@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1617-5580>

Ana Cláudia da Silva Rodrigues. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Mestra em Educação (2003) e Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Professora da Universidade Federal da Paraíba. Editora da Revista Espaço do Currículo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC) e membro dos grupos de pesquisa Currículo e Práticas Educativas; Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos; e Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de Conhecimentos (UFES). Integra a Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Política Educacional. Email: ana.rodrigues@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>

Recebido em: 11/08/2025

Aceito para publicação em: 30/08/2025